

## ALVORES DE LIBERDADE: ANÁLISES DOS DISCURSOS ANTIESCRAVISTAS NAS PROSAS ROMÂNTICAS BRASILEIRAS (1850-1870)

### DAWNS OF FREEDOM: ANALYSES OF ANTISLAVERY DISCOURSES IN BRAZILIAN ROMANTIC FICTION (1850-1870)

Gabriel Antônio Prechlak<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa os discursos antiescravistas em prosas românticas brasileiras entre 1850 e 1870, explorando como a literatura refletiu e influenciou questões sobre raça, nação e escravidão. Embora a prosa romântica tenha historicamente marginalizado o negro em suas representações, ao contrário do que ocorreu com o indígena, alguns autores, como Nísia Floresta (1855), Pinheiro Guimarães (1856) e Joaquim Manuel de Macedo (1869), problematizaram a continuidade da escravidão, seus vícios e contradições. O antiescravismo, no entanto, assumiu formas diversas de crítica à instituição e à representação dos escravizados, evidenciando preocupações sobre a viabilidade de um projeto de nação diante da presença massiva de africanos libertos. Os discursos analisados revelam os profundos temores de uma elite mais preocupada com a homogeneização e tensões raciais do que propriamente com a causa humanitária da emancipação.

**Palavras-chave:** Antiescravismo. Literatura Brasileira. Raça. Nação.

2628

**ABSTRACT:** This article analyzes the antislavery discourses in Brazilian Romantic prose between 1850 and 1870, exploring how literature reflected and influenced issues of race, nation, and slavery. Although Romantic prose historically marginalized the Black figure in its representations, unlike the Indigenous, some authors, such as Nísia Floresta (1855), Pinheiro Guimarães (1856), and Joaquim Manuel de Macedo (1869), questioned the continuity of slavery, its vices, and contradictions. Antislavery, however, took on various forms of critique of the institution and the representation of the enslaved, highlighting concerns about the viability of a national project in light of the massive presence of freed Africans. The discourses analyzed reveal the deep anxieties of an elite more concerned with racial homogenization and tensions than with the humanitarian cause of emancipation.

**Keywords:** Antislavery. Brazilian Literature, Race. Nation.

## 1. INTRODUÇÃO

Disseram há muito tempo que a história de um povo está mais na sua literatura de ficção do que propriamente nos compêndios da época onde vem narrada objetivamente ao leitor. Não sem razão, quem deseja saber dos tumultuosos derradeiros anos da Corte imperial no Brasil deverá recorrer aos romances de Machado de Assis ou Aluísio Azevedo, que

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

ilustraram tão profundamente as vicissitudes históricas da jovem nação. Mais do que nenhum outro ainda incipiente discurso, a literatura brasileira foi palco das principais exigências da vida prática, social e política do Império do Brasil, que tornou-se uma forma “científica” de inserção do intelectual no debate público, tendo em vista pensar a sociedade em que vivia e projetar o seu futuro.

Ao contrário do que aconteceu no mundo anglo-saxão, onde a religião protestante produziu o discurso antiescravista, no Brasil a sensibilização e a condenação moral da instituição coube inquestionavelmente aos literatos (Alonso, 2015). Para Chalhoub (Chalhoub, 2019), a literatura sobre a escravidão no Brasil foi crucial para despertar um sentimento abolicionista, para produzir a indignação necessária ao processo que levou à abolição a infame instituição. É o caso de alguns dos romances abolicionistas como *Úrsula* (1860), *As Vítimas-algozes* (1869), *A Escrava Isaura* (1875), *Mota Coqueiro* (1877) e entre outros menores. De maneira geral, a propaganda abolicionista seguiu a clássica fórmula de Brito Broca (1979), de que a prosa brasileira dividiu-se em dois: a romântica e a realista. Na primeira, seguindo o exemplo d'*A Cabana do Pai Tomás* (1852), de Harriet Beecher Stowe, apela aos sentimentos do leitor, ao mostrar um escravizado virtuoso e resiliente (como *A Escrava Isaura*); noutra, cheio de vícios e torpezas, inerentes do cativo e a degradação moral da escravidão (como *As Vítimas-algozes*).

Mas com exceção recente de *Úrsula* (1860), a prosa antiescravista sempre esteve limitada em análise aos últimos anos da instituição, especialmente a partir de 1869, quando a campanha abolicionista iniciou sua fase mais aguda. Além disso, com frequência a prosa era apresentada como menor no âmbito da crítica à escravidão, em relação à poesia ou ao teatro. No entanto, a presença do discurso antiescravista na prosa não é tão carente quanto geralmente se refere, na verdade, existe ainda todo um número de esquecidas produções ao que têm-se voltado a historiografia, esquecida em folhetins ou colunas de jornais.

Como bem destacou Chalhoub (2021, p.304), é preciso relativizar a percepção que a literatura pouco se ocupou da escravidão, pois antes existe uma lacuna na história da literatura brasileira, e parte dessa ausência é a fixação em autores e obras canônicas, sem atenção devida ao que ficou legado ao esquecimento ou à periferia do processo de canonização literária. O autor sugere, por exemplo, as crônicas de Machado de Assis da década de 1880, presentes nas séries *Balas de estalo* e *Bons dias!*, como demonstração do muito que pode haver nos periódicos

da época.

O pensamento torna-se ainda mais instigante quando somos confrontados com as lacunas da prosa antiescravista, que se mostram tão críticas quanto mais nos afastamos do período que datam os cânones abolicionistas. Para servir de um exemplo, nesse sentido, as únicas prosas antiescravistas inventariadas por Sayers, entre 1850 e 1870, no clássico *O Negro na Literatura Brasileira* (1856), é *O Comendador* (1856) e *As Vítimas-algozes* (1869). É difícil compreender que, em duas décadas, apenas duas obras tenham surgido em oposição à ordem escravista. Esse cenário se torna ainda mais problemático quando consideramos que as décadas de 1850 e 1860 marcaram o auge da produção romântica no Brasil, período em que se intensificaram as discussões sobre raça, escravidão e a construção da nação brasileira.<sup>2</sup>

Nesse contexto, algumas obras têm sido recentemente resgatadas, e são elas que constituem o foco da presente análise, como *Páginas de uma Vida Obscura* (*O Brasil Ilustrado*, RJ, 1855), de Nísia Floresta; *O Comendador* (*Jornal do Comércio*, RJ, 1856), de Pinheiro Guimarães; *O Rancho do Pai Tomé ou a Escravidão no Brasil* (*Porto Livre*, MA, 1962), de João Clímaco Lobato; e a conhecida obra de Macedo, *As Vítimas-algozes* (1869).<sup>3</sup> Mas a concentração em cânones literários das últimas décadas da escravidão influenciou em outro problema, também limitou os avanços sobre os estudos de raça e antiescravismo nos discursos da primeira fase literária, que se manteve pouco explorada (Raminelli, 2023, p.3). As análises sobre a ideia de raça sempre priorizaram o evolucionismo e a eugenia, teorias influentes a partir de 1870.

Dessa forma, portanto, o presente artigo realiza uma análise dos principais discursos antiescravistas presentes na prosa romântica, assim como das representações dos escravizados. Pretende-se com isso compreender a diversidade de ideias e argumentos contra a escravidão, ao mesmo tempo em que se busca vislumbrar a possível integração dos escravizados à sociedade, observando como esses discursos influenciaram as discussões sobre raça e nação muito antes do abolicionismo ou das teorias científicas.

---

<sup>2</sup> Por ‘raça’, delimitemos enquanto discursos “sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas etc., pelo sangue” (Guimarães, 2003, p. 96).

<sup>3</sup> Ressalvo a natureza breve do artigo, mas fica a menção a outras prosas que também carecem estudos aprofundados: *A Família do Comendador* (*A Imprensa*, Rio de Janeiro, 1853), de Juana Paula Manso de Noronha; *Os Envenenadores* (*Correio Paulistano*, São Paulo, 1865), de Ferreira de Menezes. Há ainda três contos publicados entre 1849 e 1850 que podem ser consideradas as primeiras prosas antiescravistas do Brasil, publicados no periódico *O Filantropo* (RJ). São eles *O Enjeitado* (1849), *O Filho de meu Pai* (1849) e *Celestina* (1850), da provável autoria de Luís Correia de Azevedo Júnior.

## 2. RAÇA E NAÇÃO NA PROSA ROMÂNTICA

Como sabemos, na literatura geral do século XIX, o conceito de raça se vinculou intrinsecamente com o de nação, e mais expressamente no romantismo, as questões raciais estiveram associadas a uma imagem particular do país (Schwarcz, 2012). Ao menos desde a independência do Brasil, com José Bonifácio, tais conceitos estavam difusos, se apresentando como “faces da mesma moeda” (Raminelli, 2023). E embora não promovesse uma distinção de raças em 1824, a constituição brasileira manteve a estratégia que Mattos (2020) chamou de “silêncio racial”, para evitar conflitos, pois ainda que todos homens livres fossem cidadãos brasileiros independentes da cor, na prática o discurso crescente era outro, o da superioridade branca em face da deliberada exclusão de africanos e afro-brasileiros, colocados à margem da imaginada nação.

Nesse sentido, a literatura nacional romântica constituiu-se, num primeiro momento, para negar a existência do negro, social ou esteticamente, e imaginar uma ordem nacional sem as tensões sociais da escravidão, através da representação de um herói indígena, completamente ocidentalizado (Moura, 2020). Não sem razão, a monarquia brasileira também investiu numa simbologia tropical, com elementos das tradições europeias e ameríndias. O negro, por sua vez, na condição de semovente, era negado como mais um agente histórico, antes um inimigo, como alardeou Maciel da Costa em 1821: “que faremos pois nós desta maioria de população heterogênea, incompatível com os brancos, antes inimiga declarada?” (*apud* Azevedo, 2004, p.33).

É através do poderio acumulado pela Europa e de seu pioneirismo no processo de industrialização e globalização, que nas primeiras décadas daquele século, as teorias racialistas se alastrariam pela América recém-independente. Assim como as elites na maioria das nações americanas decidiram apropriar-se de modelos franceses ou estadunidenses de republicanismo e liberalismo, na transição de colônia para estado-nação livre; fizeram o mesmo ao adotarem, como suas, categorias sociais que os europeus impuseram inconscientemente (Banton, 2010, p.24).

Em termos culturais e sociais, a contradição fundamental que emergiu disso foi a presença de populações não ocidentais – mas antíteses da modernidade, como mestiços, africanos e indígenas, em meio aos projetos de modernidade e civilização ocidentais idealizadas pelo liberalismo (Hanchard, 2000). Dessa maneira, a formação dos estado-nações latino-

americanos foi amplamente moldada por ideias modernas sobre raça, que discorriam sobre as origens, hierarquias e a homogeneidade de um povo. No entanto, a contradição dessas ideias com a realidade mestiça da América Latina deu origem a discursos e práticas não menos excludentes e racistas. No Brasil, a esperança de uma homogeneização racial - predominantemente branca, significava a própria viabilização do país enquanto uma nação moderna; caso contrário, temiam a subversão da ordem estabelecida numa “onda negra”.

Essa contradição entre o discurso e a prática liberal também atravessou a literatura brasileira do século XIX, manifestando-se em diversas prosas românticas da primeira geração, profundamente implicadas nas questões raciais do país - para além dos aspectos institucionais. Embora os emancipacionistas — e posteriormente os abolicionistas — tenham enfraquecido a defesa do cativo, não chegaram perto de ameaçar a hierarquia racial nem o legado excludente da escravidão. Pelo contrário, muitas vezes foram eles mesmos quem atuaram como agentes desses estigmas, articulando teorias raciais e práticas excludentes, conforme alguns dos exemplos a seguir.

Segundo Raminelli (2023), o botânico e mineralogista Frederico Burlamaque (1808-1866), membro do Conselho do Imperador e diretor do Museu Nacional entre 1847 e 1866, é um dos mais proeminentes antiescravistas e teóricos raciais da metade do século XIX. Em sua *Memoria*<sup>4</sup> acerca do comércio e da escravidão doméstica, de 1837, Burlamaque supõe que os indivíduos da raça negra têm uma “conformação cerebral que os torna estúpidos”, vegetando no estado vizinho do mais “bruto animal”; além de serem “inimigos domésticos” e principais responsáveis pela corrupção das famílias em seus lares (p.85). Ao mesmo tempo, argumenta sobre os males da escravidão, o entrave à população branca e à contradição liberal:

O atraso em que existe o país em consequência do sistema de escravidão, e a dependência real da nossa nação enquanto durar tão intenso um estado de coisas que proíbe o desenvolvimento das luzes e da indústria, a propagação da civilização e a multiplicação de uma população livre e homogênea. Ao comum, à classe egoísta de que serve dizer-lhe que a palavra *liberdade* está em contradição com a existência de escravos; que a escravidão é oposta à religião; que filantropia e caridade são nomes vãos em um país dividido entre opressores e oprimidos? De que servirá excitar sua compaixão para com uma raça tiranizada há tantos séculos? Finalmente, que impressão poderão causar em seu espírito acanhado considerações da mais alta monta? (Burlamaque, 1837, p. 7-8).

À guisa de Maciel da Costa, os negros não poderiam ser incorporados à nação brasileira,

---

<sup>4</sup> BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo Cezar. *Memoria analytica à cerca do commercio d’escravos e à cerca dos malles da escravidão domestica*. Rio de Janeiro: Typographia Commercial Fluminense, 1837.

posto que impossibilitaria a homogeneização das raças. Como solução do problema, Burlamaque defende a criação de uma colônia no continente africano “à imitação dos americanos do Norte”, para onde seriam “devolvidos” homens e mulheres após que libertos da escravidão (Burlamaque, 1837, p.95). Ainda assim, Burlamaque é um emancipacionista e seu discurso é marcadamente presente na intelectualidade, principalmente em sucessores como Tavares Bastos, e em conceituados literatos como Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar e, particularmente, Francisco Pinheiro Guimarães.

Para todo fim, era necessário começar por reconhecer francamente que um escravo era “um homem feito como os outros, e não um móvel, uma máquina frágil”, que se possa ser despedaçado à vontade (Burlamaque, 1837, p.95). Essa necessidade de “humanização” do escravizado, de certa forma, faz parte do próprio processo de conscientização social sobre a escravidão, então presente na literatura emancipacionista e abolicionista, como é o ‘branqueamento’ de escravizados em *A Família do Comendador*, *A Escrava Isaura* e *Páginas de Uma Vida Obscura*. Considerando que toda a ordenação da estrutura política-social-econômica do Brasil escravista descartava a dimensão humana do escravo (Moura, 2020), o ‘branqueamento’ não se limitava à tonalidade da pele, mas à completa negação da experiência, estética e subjetividade do negro, representado à imagem de um herói branco ocidentalizado. Esses tipos reforçam sua humanidade, e sensibilizam, de modo a criar um vínculo entre as personagens negras escravizadas e o público leitor, livre e branco, enfatizando a irmandade de todos os cristãos.

## 2.1. O Imigrantismo em O Comendador

Em 1852, a *Sociedade contra o Tráfico de Africanos, Promotora da Colonização e da Civilização dos Indígenas*, que Burlamaque ocupava a posição de vice-presidente, publicou em livro um ‘sistema de medidas’ para a extinção progressiva e total da escravidão. Com efeito, a habilidade estava na substituição da mão de obra escrava pela livre de colonos europeus, por meio da implementação estatal de políticas específicas, como o estímulo à imigração e a criação de um ‘depósito de colonos’, onde os fazendeiros fariam a contratação e substituição daqueles escravos “que forem morrendo” (Burlamaque, 1852, p.4).

Representada no romance antiescravista *O Comendador* de Francisco Pinheiro Guimarães, o imigrantismo foi, segundo Hanchard (2000, p.167), uma expressão simultânea

de interesses raciais e econômicos. Isso porque o trabalho livre do colono europeu, proporcionaria na mentalidade das elites brasileiras o que o negro não poderia: a homogeneização racial da população. Além disso, sendo naturalmente inferiores, os europeus executariam os trabalhos “ainda mais e melhor do que os escravos da Costa d’Africa e Crioulos” (Burlamaque, 1852, p.12). Notemos, nesse sentido, a propaganda racial e imigrantista que narra o escritor d’O Comendador:

[...] em vez de escravos, que não podiam deixar de odia-lo [o comendador], e que, portanto, só contra a sua vontade trabalhariam em proveito dele, e que além de sua natural preguiça e estupidez procurariam fazer o serviço mal, e com a maior lentidão possível, lhe seria muito mais proveitoso ter, para lavrar as suas terras, um menor número de homens, porém estes livres e inteligentes, que se interessariam e se esforçariam para que ele obtivesse lucros, trabalhadores enfim dos quais cada um valeria por cinco escravos, e com cuja morte ele nada perderia (Guimarães, 1937, p.460).

[...]

Muito se fez acabando com o tráfico, que ameaçava afogar-nos debaixo de uma onda negra; mas isto ainda não basta; acabai, ainda vos repetimos, com a escravatura; povoai de colonos as vossas grandes fazendas, e em breve sereis ricos, a humanidade folgará, e o Brasil será uma poderosa, moralizada e respeitada nação (*ibid.*, p.461).

Ao escrever em 1862, Tavares Bastos (1938, p.160) adota e desenvolve o mesmo pensamento econômico e racial dominante. Em relação ao negro, o imigrante europeu tinha o espírito da “conservação e liberdade”, e que além de ser “muito mais inteligente que o negro, que o Africano boçal, tem o incentivo do salario”. Assim, tornava-se incomparável sua qualidade, a ponto que “um terço de imigrantes europeus é igual, quanto à produção, que um número dado de africanos” (p.161).

O projeto imigrantista principiou em São Paulo, no final da década de 1840, como alternativa às pressões que o tráfico negreiro vinha sofrendo. A proposta tão logo conquistou seus adeptos e revestiu-se de um discurso de renovação da população brasileira, com formulações étnico-raciais que não tardaram aparecer. Para imigrantistas como Pinheiro Guimarães, Burlamaque ou Tavares Bastos, a necessidade de acabar com a escravidão não se resumia a uma questão de compaixão ou generosidade para com o escravizado, mas de combater as malezas que sufocavam a jovem nação.

O africano escravizado, nesse contexto, era parte da degenerescência do país. Considerada uma massa inerte, desagregada, inculta e sem história, seria também incapaz de fazer uma transição para o trabalho livre e racional sem viciar e causar algum dano, uma vez



que sua presença só resultara em atraso e escravidão (Azevedo, 2004, p.54). Dessa forma, a natureza do discurso imigrantista, sem o qual não faz sentido, estava na oposição entre o branco e suas qualidades, e o negro e seus defeitos. Aliás, esses últimos seriam responsáveis por afugentar o imigrante europeu no Brasil. Portanto, a nação imaginada por Pinheiro Guimarães, em seu romance, não tem margem para a inclusão dos negros, embora não demonstre diretamente o que fazer com eles.

## 2.2. A Escravidão Tuteladora

Uma forma que visava a integração gradual do negro na sociedade consistia na “tutelagem” dos escravizados pelos senhores, não com o intuito de uma inclusão altruísta, mas de viabilizar a liberdade do negro sem um “revanchismo”, que possa ameaçar o domínio das elites temerosas. O exemplo conhecido, embora nem sempre bem interpretado, é José de Alencar, como político e teatrólogo que escreveu *O Demônio Familiar* (1857). Críticos como Magalhães Júnior colocaram em dúvida o caráter emancipacionista da sua peça, considerando-a reacionária e escravista, em razão das políticas conservadoras do romântico (Broca, 1979, p. 271). No entanto, diferente do que interpretou, mesmo politicamente, Alencar nunca contrariou seu discurso antiescravista.

2635

Essa interpretação, antes de tudo, parte da falta de compreensão da heterogenia dos próprios dilemas de uma sociedade profundamente escravista e racial. Para o romântico, a liberdade dos cativos somente “devia resultar da revolução dos costumes” entre os senhores e escravos, transformando a mera servidão “a uma espécie de orfandade. O domínio do senhor se reduz, então, a uma tutela benéfica” (Alencar, 2009, p.328). Quando se opôs à lei do Ventre Livre, em 1871, temia seus riscos contra o futuro da nação, e delegava à instituição o poder de civilizar o africano para a sua inserção gradual ao convívio com o branco.

A sua desconfiança era que desfeita essa relação de dominação abruptamente o negro se rebelasse. Previa-se concretamente o risco de uma revolta geral dos escravos. Isso porque, para o autor, o negro ainda seria incapaz de assimilar o que a vida em sociedade lhe requeria, a partir da liberdade que lhe seria concedida. Ainda não estava pronto.

[...]

Em Alencar, a escravidão tinha uma função formadora do caráter do negro. Ela o estava preparando para a liberdade. Esta última deveria ser então, não uma punição, mas o símbolo máximo da civilização (Simões, 2011, p.184-185).

Em 1854, Nísia Floresta projetou algo semelhante em *Páginas de uma Vida Obscura*, onde



sugeria que a boa relação senhor-escravizado poderia ser benéfica para ambos. Embora Floresta afaste-se das teorias raciais, defendendo que são as condições da escravidão que levam à degeneração intelectual, física e moral do escravizado, ela sugere-nos, por outro lado, práticas de torna-la mais estável, produtiva e menos ignóbil (Matthews, 2012, p.135).

A fala seguinte é do escravizado africano Domingos, idealizado como um virtuoso e resignado cristão, que resiste ao calvário de sua condição:

Um bom senhor é imagem de Deus sobre a Terra, onde as leis permitem o triste tráfico da nossa espécie. Podendo castigar-nos quando faltamos ao cumprimento dos nossos deveres, ele nos admoesta paternalmente; sendo-lhe permitido pôr-nos ao nível dos brutos, ele nos governa com brandura, e trata-nos quando doentes como a seus próprios filhos. É pena que todos assim não sejam! Mas confessemos que são ordinariamente os mesmos escravos a causa do mau tratamento que recebem (*O Brasil Ilustrado*, 30.05.1855, p.8).

Suas virtudes de paciência e resignação, como tentativa de reabilitação racial e social do africano para o público leitor, são, na verdade, de grande interesse para a classe proprietária. Domingos é o escravo que qualquer proprietário sonharia em ter, e se todos os escravos fossem como ele, a escravidão continuaria indelével para sempre. Por sua vez, o único grande trunfo da resignação de Domingos é a ‘possibilidade’ de igualdade moral e espiritual para com o seu senhor. Nem mesmo a liberdade é cogitada como recompensa pela autora, que considera o tratamento humano dos escravos não como uma obrigação moral dos senhores, mas um favor concedido em um espírito de generosidade.

2636

Dessa forma, Floresta também inverte a relação entre a elite e a população escravizada, negando a imensurável contribuição de quatro séculos de trabalho escravo para o desenvolvimento econômico do Brasil — uma contribuição que, na realidade, deixou a elite branca em dívida com a escravidão e profundamente dependente dela (Matthews, 2012, p.140).

Domingos teve quatro senhores diferentes, dos quais três eram benevolentes, e o último o mais generoso de todos. É descrito como um senhor caridoso, justo e paternal, e que se preocupava profundamente com o bem-estar do seu amigo e confidente escravo, especialmente depois que Domingos salvou sua vida. No entanto, em nenhum momento é cogitado a liberdade por parte de seu amável senhor. Pelo contrário, esse é o final das relações senhor-escravizado que Floresta deseja:

Domingos, o seu antigo servidor lá estava sempre em seu posto, espiando todos os instantes em que os seus serviços e zelo pudessem utilizar a seu bom senhor, *como ele o chamava sempre, apesar de saber que este havia cessado há muito de o ser* (*O Brasil Ilustrado*, 15.06.1855, p. 8) (grifo meu).

Assim, a conclusão é que o escravizado deixou de se ver como um, e o senhor tornou-

se um pai, ou melhor: a escravidão deixou de ser escravidão. O que torna-se evidente nesse caso é a limitação do discurso humanitário em proveito de questões políticas, econômicas e sociais, ou de mero verniz civilizatório e liberal. Pela fraqueza dos apelos à humanidade, é conveniente referirmos a obras assim como ‘antiescravistas’ do que propriamente ‘emancipacionistas’. Como Ana Flávia Magalhães Pinto (2018, p.244) demonstrou em relação aos ‘abolicionismos’, que “nem todos os abolicionismos almejaram alcançar as mesmas metas”, é o pertinente cenário da liberdade incondicional e irrestrita da população escravizada.

### 2.3. As Vítimas-algozes ou O Rancho do Pai Tomé

Enquanto o conto de Nísia Floresta pode ser classificado como ‘romântica’, na terminologia de Brito Broca, a próxima obra é a expressão máxima do antiescravismo ‘realista’. Se no primeiro caso temos uma imagem idealizada e romântica do negro, que o torna “igual” ao branco. O segundo mostra-o como um ser “infeliz e miserável, levado ao vício ou ao crime *por culpa exclusiva do cativo*” (Broca, 1979, p.272) (grifo meu). É assim que o crítico categoriza *As Vítimas-algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo. Reunidas sob o título geral, trata-se de três novelas, cada qual sobre a história de um escravizado: Simeão, o Crioulo; Pai Raiol, o Feiticeiro; e Lucinda, a Mucama.

O romancista pretendeu transformar as vítimas da opressão em algozes de seus senhores, por meio de violências, seduções, assassinatos e conspirações. Em suma, Macedo descreveu e ilustrou a ‘raça inimiga’ como uma ameaça doméstica, alinhando-se, assim, à crítica de Burlamaque. Antes disso, Alencar desenvolveu a ideia em *O Demônio Familiar*, com um ‘incorrigível’ moleque que é punido pelo senhor com a alforria. Em todo caso, as ações das personagens de Macedo, para Brito Broca, eram de culpa exclusiva da escravidão. O problema é que essa interpretação contradiz o próprio discurso do autor d’*A Moreninha*.

As novelas são abundantes em estereótipos, pessimismo e determinismos sobre os africanos e afro-brasileiros. Simeão era da “raça pura africana”, mas seus aspectos foram “favoravelmente modificados pelo clima e pela influência natural do país onde nascera” (Macedo, 2015, p.14). A crioula Esméria, personagem da segunda novela, também teve as “rudes feições da sua raça abrandadas pela influência da nova geração em mais suave clima” (p.157). Não obstante, em suas palavras, os crioulos são muito mais inteligentes e maliciosos que os negros da África... “O escravo africano mata o senhor, e se afasta do cadáver: o escravo

crioulo, antes de matar, atormenta e ri das agonias do senhor, e depois de matar insulta e esquarteja o cadáver” (Macedo, 2015, p.51).

O escravizado africano, representado na figura de Pai Raiol, é alvo de grande censura por Macedo. Pai Raiol era feiticeiro, se comunicava com as serpentes, andava pelos matos a procura de ervas, e era íntimo de plantas e animais. Sendo temido por sua aparência até pelos outros negros. Além disso, a origem de muitos males do país era proveniente da África, como as superstições, os erros, as misérias e as torpidades da selvatiqueza. Mas nada comparava-se à feitiçaria do negro herbolário e curandeiro. Assim, o escravizado malfez a sociedade opressora, viciando-a e aviltando-a, tornando-a, como ele, um pouco “asselvajada”.

O negro d’Africa africanizou quanto pôde e quanto era possível todas as colônias e todos os países, onde a força o arrastou condenado aos horrores da escravidão. No Brasil a gente livre mais rude nega, como o faz a civilizada, a mão e o tratamento fraternal ao escravo; mas adotou e conserva as fantasias pavorosas, as superstições dos míseros africanos, entre os quais avulta por mais perigosa e nociva a crença do feitiço (Macedo, 2015, p. 61).

O discurso racial de Macedo é ainda mais extenso e permeado por vulgarizações de teóricos europeus, mas é suficiente os exemplos para demonstrar os racismos do autor, que se confundem com sua crítica à escravidão. A razão disso é que a responsabilização da instituição pelas atitudes dos escravizados na obra – vide a insistência do romântico, é totalmente artificial e postiça. Para Macedo a escravidão é potencializadora dos males, não a causa. Desse modo, principalmente o africano, dado à selvageria, seria incapaz de integrar-se à nação civilizada. Como aponta Raminelli (2023, p.32), o romântico não visualizou uma integração dos escravizados à sociedade: Simeão é enforcado, Pai Raiol é morto e atirado de um precipício, e Lucinda termina em uma casa de correção.

Assim, a escravidão tuteladora de Floresta e Alencar, o imigrantismo de Guimarães e o antiescravismo de Macedo em *As Vítimas-algozes* - que ao contrário de Alencar, a instituição somente agravava os males que os negros traziam da África, possuem uma correspondência comum: todos expressam um pessimismo em torno da liberdade e inclusão do negro.

*As Vítimas-algozes* renderam inumeráveis críticas e análises em periódicos e revistas, mas nenhuma preocupou-se com os aspectos raciais da obra. O crítico literário e eugenista Sílvio Romero, envolto em polêmicas com os abolicionistas negros José do Patrocínio e Vicente de Sousa, na década de 1880, e acusado por esse último de promover “distinções de

raça”, não teceu mais que quatro linhas sobre as novelas (Romero, 1888, p.III). Na verdade, muitos críticos e estudiosos que se debruçaram sobre a obra nunca pareceram se incomodar com as distinções raciais do autor, prevalecendo um longo silêncio racial, que é a própria forma como configurou-se o racismo no Brasil.

Por outro lado, se o livro de Macedo foi censurado de adentrar as casas brasileiras, pela violência e sexualização das cenas; sendo esquecida. O folhetinista maranhense João Clímaco Lobato, ao escrever *O Rancho do Pai Tomé ou a Escravatura no Brasil* em 1862, pode ter revelado os limites da tensão racial na literatura, dado que seu folhetim foi impedido de ser publicado. Com o intuito de revelar o outro “lado da medalha” em relação ao romance de Beecher Stowe, o maranhense abordou a luta dos escravizados contra aqueles que os mantêm alienados da produção e da liberdade, por meio de uma sublevação liderada pelo africano Tomé contra seu senhor. Segundo o autor, Tomé era de inteligência excepcional, uma qualidade “rara na pura raça africana”, mas a empregava apenas para o mal, apesar da benevolência de seu senhor. As falas do escravizado tratam do contexto com consciência e intensidade única na literatura:

Sim, sou um mau escravo... quero sê-lo... porque sou homem... porque tenho uma alma, que pensa como a dos brancos, que me diz que este mundo é de todos e para todos, que suas belezas foram outorgadas a todos.... Que eu por ser negro não nasci para ser escravo, instrumento, coisa de um homem como eu... de um malvado...

[...]

Ingrato! Ingrato! Ingrato!

[...]

— Ingrato!? Mas não o sou. O homem, que esmaga a cobra que mais tarde o morderia, é um ingrato? Oh! A raça branca é uma víbora que nos morde lentamente... nos despedaça pouco o pouco, até chegar ao coração, para aí derramar o veneno que nos há de matar. Esse branco, que se diz meu Senhor, se me trata bem é por ser covarde e temer; ou então é uma fera que dá repouso à vítima para depois devorá-la... E além disso, é ele o único branco?... Essa raça não se propaga e invade o mundo todo? A África outrora viu em seu território homem algum dessa cor baça e pálida? Não... E hoje? África geme... porque esses brancos são maus (*Porto Livre*, 25.07.62, p.1).

O discurso demonstra o antagonismo entre as raças temido e silenciado pelas elites brasileiras, efeito que Macedo não logrou conquistar em sua obra. No entanto, o folhetim sobreviveu apenas duas edições e foi censurado: a intervenção do chefe de polícia alegou supostas “doutrinas subversivas” (*Porto Livre*, 25.07.62, p.4). Essa decisão não nos deixa dúvidas, pois revela a inquietação das autoridades diante de narrativas que desafiavam a ordem escravista. A forte politização do texto e a intensidade da fala dos personagens tornavam o folhetim particularmente incômodo, pois sugeria-se uma tomada de consciência pelos escravizados e a possibilidade de revolta contra o senhor.

## 2.4. O Silêncio Sobre o Negro e a Escravidão

De maneira geral, a escravidão era um tema constrangedor na literatura, sobre o qual prevalecia o silêncio - um quadro que começaria a mudar após 1870. Esse problema pode ser exemplificado num discurso publicado pelo jornal *O País* em 20 de maio de 1888, dias após as agitações da Lei Áurea, no qual o poeta Valentim Magalhães demonstrava como a escravidão também havia oprimido as letras. E que somente depois de 13 de maio, afirmava ele, os literatos, que haviam “sofrido imenso” sob o regime, estariam finalmente prontos para trabalhar proficuamente.

Para o poeta, a escravidão deturpava e corrompia a “formosa língua recebida dos portugueses”, “viciando a linguagem, afeitando o estilo, introduzindo no vocabulário popular idiotismos e barbarismos grosseiros”. Além disso, “amesquinha as ideias literárias, pesando sobre a literatura como uma baixa abóbada de chumbo, limitando-lhes os surtos, criando uma atmosfera pestífera”. E sobretudo, a escravidão:

Impedia o desenvolvimento literário, a criação sólida e definitiva da literatura brasileira, porque a literatura é a expressão viva dos costumes, dos ideais, da índole de um povo, e as tendências fundamentais do caráter nacional, eram abafadas, por ela, que impedia assim a representação impressiva do caráter autônomo do país nos seus produtos literários (*O País*, 20.05.1888, p. 2).

É evidente que a escravidão e o negro eram indesejáveis de representação. A ignorância e a estupidez associadas a ambos eram o oposto da ação e da expansão das letras, que buscavam se elevar acima da degeneração sociorracial do Brasil e sua ‘atmosfera pestífera’. Nesse contexto, as evasões românticas que objetivavam uma literatura nacional e homogênea, encontravam na escravidão a pesada realidade que “amesquinha” suas ambições, encurtando seus horizontes como uma “baixa abóbada de chumbo”. A consequência mais profícua, nesse sentido, foi adotar uma postura de silêncio, que deixou de ser apenas uma política conservadora, que se destinava, como toda sociedade escravista, na manutenção dos interesses dos senhores de escravos, e passou a se configurar como um silêncio ideológico na literatura. O sociólogo Clóvis Moura foi enfático nesta situação:

Quando se inicia a literatura nacional romântica, na sua primeira fase, ela surge exatamente para negar a existência do negro, quer social, quer esteticamente. Toda a ação e tudo o que acontece nessa literatura têm de obedecer os padrões brancos ou se esforça em exaltar o índio, mas um índio distante, europeizado, quase um branco naturalizado índio. Idealização de um tipo de personagem que não participava da luta de classes ou dos conflitos, como o negro, mas era uma idealização de fuga e escape para evadir-se da realidade sociorracial que a sociedade branca do Brasil enfrentava na época. [...] A finalidade dessa postura era, de um lado, descartar o negro como ser

humano e heroico para colocá-lo como exótico-bestial da nossa literatura e, de outro, fazer-se uma idealização do índio em oposição ao negro (Moura, 2020, p. 50-51).

Com isso em vista, o negro e a escravidão não foram objetos predominantes na literatura brasileira, ainda que fosse o principal veículo do antiescravismo, pois foram desconsiderados nas idealizações de nação que os românticos vislumbravam, frequentemente homogênea e harmônica, como seria a civilização do ‘índio’. A integração ou não do negro era um problema a ser resolvido à parte na literatura, exótico à nação. Assim como preferiu-se separar e reduzir de três para dois componentes raciais o quadro da literatura nacional (Sommer, 2004, p. 201). Esse silenciamento refletia uma tentativa de ocultar as tensões raciais e de criar uma identidade nacional idealizada, na qual a figura do negro, como parte da realidade social e cultural do Brasil, não se encaixava.

Enquanto os autores que abordaram o antiescravismo, fizeram-no estimulados por uma exigência da vida moderna, que não podia satisfazer-se das idealizações sem que, antes, os fantasmas, as dúvidas e as obscuridades contra as quais se luta fossem esclarecidas do problema à marcha do “progresso” e “civilização” na modernidade liberal. A intelectualidade continuou a imaginar a homogeneização do Brasil, evidenciando que o “sangue português”, poderoso rio capaz de absorver os “pequenos confluente”, como escreveu von Martius (2010, p.65), não conseguiu subtrair a influência social e cultural negra do país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora na brevidade em analisar um número significativo de prosas, o presente artigo conteve-se objetivamente em demonstrar, ou melhor, anunciar uma lacuna significativa na historiografia, a respeito da prosa e do discurso antiescravista. A análise dessas obras pode ampliar o nosso entendimento sobre a participação crítica da literatura na formação de um discurso antiescravista, bem como da atuação dos literatos e os ideários fundacionais do país. Autores como Nísia Floresta, Pinheiro Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo não apenas nos mostraram como a prosa também serviu aos fins de questionamento da ordem escravista, mas também da problematização de uma nação multiracial viável.

Portanto, a literatura romântica se constituiu como um campo privilegiado para a discussão de problemas, tensões e contradições sobre a escravidão, ao mesmo tempo em que se projetava as ânsias de uma nação moderna, liberal e homogênea. Essa literatura refletia os

medos e interesses de uma elite que, embora crítica à instituição da escravidão, era refratária à ideia de inclusão dos escravizados. Assim, seja através do imigrantismo, que buscava substituí-los por brancos europeus, da tutela dos escravizados pelos senhores, ou do discurso emancipacionista de *As Vítimas-algozes*, havia um pessimismo quanto à liberdade e à integração dos escravizados. De maneira geral, a presença sem precedentes de africanos no Brasil, era percebido como um obstáculo à homogeneização racial, e, uma vez libertos, temia-se que a população negra pudesse desafiar a hierarquia social estabelecida, ameaçando o domínio das elites brancas.

Em síntese, o antiescravismo na literatura romântica brasileira apresentou uma atuação bastante ambígua, refletindo as próprias contradições de uma sociedade profundamente escravista. Os debates constantes sobre raça, escravidão e nação nos revelam uma dimensão por muito tempo ignorada na historiografia, oferecendo uma visão mais ampla e histórica de análise, ao passo que se aprofunda as raízes do racismo estrutural no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. José Murilo de Carvalho (org.). Rio de Janeiro: ABL, 2009.

ALENCAR, José de. **O Demônio Familiar**. Rio de Janeiro: Typographia de Soares e Irmão, 1858.

ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: movimento abolicionista brasileiro (1868 – 1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda Negra Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites Século XIX**. São Paulo: Annablume, 2004.

BANTON, Michael. **A Idéia de Raça**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BASTOS, Aureliano Cândido de Tavares. **Cartas do Solitário**. 3º ed. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

BROCA, Brito José. **Românticos, Pré-românticos, Ultra-românticos**. São Paulo: Polis; Brasília: INL, 1979.

BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo Cesar et al. **Systhema de Medidas Adoptaveis para a Progressiva e Total Extinção do Tráfico e da Escravatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia do Phylanthropo, 1852.

BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo Cesar. **Memoria Analytica a'cerca do Commercio**



**D'escravos e a'cerca dos malles da escravidão domestica.** Rio de Janeiro: Typographia Commercial Fluminense, 1837.

CHALHOUB, Sidney. "Literatura e Escravidão". In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da Escravidão e Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **O drama de Fantina.** Blog da Livraria da Vila, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://blog.livrariadavila.com.br/o-drama-de-fantina/>. Acesso em: 05/02/2025.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade:** uma história das últimas décadas de escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FARIA, João Roberto. **Teatro romântico e escravidão.** Teresa: Revista de Literatura Brasileira [12|13]; São Paulo, p. 94-III, 2013.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com "raça" em sociologia.** Educação e Pesquisa; São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

GUIMARÃES, Francisco Pinheiro. O Comendador. In: GUIMARÃES, Francisco Pinheiro (filho). **Na Esfera do Pensamento Brasileiro.** Rio de Janeiro: Amorim & Cia, 1937.

HANCHARD, Michael. Black Cinderella: Race and the Public Sphere in Brazil. In: BERNASCONI, Robert. **The Idea of Race.** Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2000.

2643

MACEDO, Joaquim Manuel de. **As Vítimas-algozes:** quadros da escravidão. São Paulo: DCL, 2015.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Como se deve Escrever a História do Brasil. In: GUIMARÃES, Luiz Manoel Salgado. **O Livro de Fontes de Historiografia Brasileira.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

MATTHEWS, Charlotte Hammond. **Gender, Race and Patriotism in the Works of Nísia Floresta.** Woodbridge, UK: Tamesis, 2012.

MATTOS, Hebe. **Slavery, Race, and the Construction of the Imperial Order.** Oxford Research Encyclopedia of Latin American History, 17/12/2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199366439.013.861>. Acesso em: 05/02/25.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Perspectiva, 2020.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade:** literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

RAMINELLI, Ronald. **Raça e Escravidão em Memórias e Romances:** Brasil, C.1820-1870.

Almanack, Guarulhos, n. 33, ea01022, 12/01/2023. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/2236->

463333ea01022. Acesso em: 05/02/25.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Garnier, 1888.

SAYERS, Raymond. **O Negro na Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1956.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SIMÕES, David. **Liberdade e Civilização no Pensamento Político de José de Alencar**. Perspectivas, São Paulo, v. 40, p. 177-199, jul./dez. 2011.

SOMMER, Doris. **Ficciones fundacionales: las novelas nacionales de América Latina**. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 2004.

STOWE, Harriet Beecher. **A Cabana do Pai Thomaz ou a Vida dos Pretos na América**. Paris: Rey et Belhatte, 1853.